

MAPA RESUMO DAS DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18 /ABRIL/2022

ORDEM DO DIA	DELIBERAÇÃO
<p>Ponto 01 – Comunicação sobre a situação económica e financeira relativa ao primeiro e segundo semestres do ano 2021 - ROC.</p>	<p>A Câmara, por unanimidade, delibera:</p> <p>a) Tomar conhecimento;</p> <p>b) Enviar à Assembleia Municipal dando cumprimento à alínea d) do artigo 77.º da Lei número 73/2013 de 3 de setembro da informação.</p>
<p>Ponto 02 – Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação.</p>	<p>A Câmara, por maioria, com duas abstenções, delibera:</p> <p>a) Aprová-lo e;</p> <p>b) Enviá-lo, para efeitos consignados no número dois do artigo 27.º e alínea l) do número dois do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei número 75/2013 de 12 de setembro, à Assembleia Municipal.</p>
<p>Ponto 03 – Documentos de Prestação de Contas relativas ao ano de 2021.</p>	<p>A Câmara, por maioria, delibera:</p> <p>a) Aprovar com um total de seis de votos, sendo quatro votos a favor e duas abstenções, numa percentagem de sessenta e seis virgula sessenta e sete por cento e trinta e três virgula trinta e três por cento, respetivamente;</p> <p>b) Enviá-los, para efeitos da alínea l) do número um do artigo 33.º, do Anexo I à Lei número 75/2013 de doze de setembro, conjugada com o número um do artigo 76.º da Lei número 73/2013 de três de setembro, à Assembleia Municipal;</p>

	<p><i>c) Remetê-los, para cumprimento do número quatro do artigo 52.º da Lei número 98/2007 de vinte e seis de agosto, na redação dada pela Lei número 20/2015, de nove de Março, conjugada com a alínea ww) do número um do artigo 33.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro e com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, ao Tribunal de Contas.</i></p>
<p>Ponto 04 – DAF – Alteração orçamental modificativa – Revisão n.º 1, para efeitos da alínea a) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro.</p>	<p><i>A Câmara, por unanimidade, delibera:</i></p> <p><i>a) Aprovar;</i></p> <p><i>b) Enviar à Assembleia Municipal para dar cumprimento à alínea ccc) do número um do artigo 33.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro.</i></p>
<p>Ponto 05 – DSMI (Cultura) – Análise, discussão e aprovação da Proposta de Criação do Regulamento Municipal de Funcionamento do Auditório do Centro Municipal de Cultura – Informação n.º 4965, de 11/04/2022.</p>	<p><i>A Câmara, por unanimidade, delibera:</i></p> <p><i>a) Aprovar a Proposta de Criação do Regulamento;</i></p> <p><i>b) Enviar, à Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 28.º, 29.º, 30.º e 31.º, da Lei número 35/2014 de vinte de junho, na sua atual redação (LTFP), conjugada com a alínea o), do número um, do artigo 25.º, do Anexo à Lei número 75/2013 de doze de setembro na sua atual redação e alínea a), do número dois, do artigo 3.º do Decreto-Lei número 209/2009 de três de setembro na sua atual redação.</i></p>
<p>Ponto 06 – DSMI (Ação Social) – Análise, discussão e aprovação da Proposta de alteração do Regulamento Municipal do Cartão Viver Mais – Informação número quatro mil novecentos e oitenta, de onze de abril de dois mil e vinte e dois.</p>	<p><i>A Câmara, por unanimidade, delibera:</i></p> <p><i>a) Aprovar a Proposta de alteração do Regulamento;</i></p> <p><i>b) Enviar, à Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 28.º, 29.º, 30.º e 31.º, da Lei número 35/2014 de vinte de junho, na sua atual redação (LTFP), conjugada com a alínea o), do número um, do artigo 25.º, do Anexo à Lei</i></p>

	<i>número 75/2013 de doze de setembro na sua atual redação e alínea a), do número dois, do artigo 3.º do Decreto-Lei número 209/2009 de três de setembro na sua atual redação.</i>
Ponto 07 – DOMA – Pombeira Adventure Park - Declaração de Interesse Municipal da operação “Renovação das Aldeias – Recuperação dos Moinhos Ancestrais da Pombeira, Tomadas de Água e Percursos Pedonais – Informação número quarenta e um barra dois mil e vinte e dois, de catorze de abril de dois mil e vinte e dois	A Câmara, por unanimidade, delibera: a) Reconhecer o Interesse Municipal do investimento; b) Enviar à Assembleia Municipal para análise e emissão da Declaração de Interesse Municipal.
Aprovação em minuta da ata da reunião , para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4, ambos do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09.	Aprovado por unanimidade.